



DESPACHO

DE: Setor de Licitações - Agente Contratação\Pregoeira.

PARA: Exmo. Prefeito Municipal

Assunto: Julgamento de Recurso

Informo que houve apresentação de recurso administrativo para o Pregão Eletrônico nº 014/2024, impetrada pela empresa : **44.934.190 ANNA PAULSEN, CNPJ 44.934.190/0001-90**, contra o resultado que habilitou e declarou vencedora a empresa **S & S LOCACOES, PRODUCOES E EVENTOS LTDA, CNPJ 09.208.990/0001-22**.

Diante das Razões e Contrarrazões apresentadas, encaminho relatório de manifestação, onde, mantive a minha decisão proferida na Ata da Sessão do Pregão Eletrônico nº 014/2024, que classificou e declarou vencedora a empresa **S & S LOCACOES, PRODUCOES E EVENTOS LTDA, CNPJ 09.208.990/0001-22**.

Diante disso, segue entendimento das Formalidades e procedimento do julgamento a ser proferido, nos termos da Lei 14.133/2021, a seguir:

De acordo com o art. 165, § 2º, da NLL, o recurso “será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida”. Ou seja, a peça, contendo as razões recursais, deve ser endereçada ao **agente de contratação**, porquanto se trata da autoridade que proferiu a decisão objeto do recurso. Tal previsão se justifica em razão da possibilidade de reconsideração (juízo de retratação). **Somente na hipótese de não reconsideração da decisão, os autos serão remetidos à autoridade hierarquicamente superior para o efetivo julgamento do recurso.**

Vale salientar que o agente de contratação (autoridade que proferiu a decisão recorrida) não é competente para realizar o julgamento do recurso propriamente dito. Na verdade, como existe a possibilidade de reconsideração, **caso tal agente mantenha sua decisão,**



**MUNICÍPIO DE ITARANA**

Estado do Espírito Santo

Poder Executivo

deve apenas apresentar informações nos autos administrativos para subsidiar o julgamento do recurso pela autoridade superior.

Uma vez apresentada a peça contendo as razões recursais, o agente de contratação deve manifestar-se no prazo máximo de 3 (três) dias úteis. Se reconsiderar sua decisão, deverá realizar os atos decorrentes, inclusive desconstituindo retroatividade os atos praticados posteriormente à decisão objeto do recurso. **Se mantiver a decisão, deverá apresentar as informações e “fazer subir” o recurso (efeito devolutivo), ou seja, encaminhá-lo à autoridade superior.**

Recebidos os autos, a autoridade superior deve proferir decisão sobre o recurso (julgamento) no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de responsabilidade.

Assim, encaminhe-se os autos à autoridade superior para análise e decisão do Recurso Administrativo em pauta, em atendimento ao art. 165, § 2.º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Atenciosamente,

JULIANA BUCHER NETTO

Agente Contratação

Portaria nº 1.508/2024

